

CLASSE CAMPONESA E A CIÊNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA¹

Regiane Martins de Oliveira Sabú²

Resumo: Este ensaio traz uma reflexão das concepções teóricas acerca das pequenas unidades de produção que dispõem do trabalho familiar, onde de um lado temos aqueles que consideram o conceito de agricultura familiar e, de outro lado, temos aqueles que utilizam o conceito de camponato. Procuramos, a partir das reflexões da lógica produtiva e da identidade, esclarecer a concepção de classe camponesa enquanto inerente ao modo capitalista de produção que necessita de sua existência para garantir a produção de capital, que se dá pela exploração da renda da terra quando o capitalista subjuga/sujeita a produção camponesa, monopolizando o território e, ao mesmo tempo, possibilitando sua recriação e territorialização na brecha da contradição do próprio sistema. Procuramos fazer ainda, uma análise do papel da ciência, em especial as ciências agrárias, para a desmistificação das relações produtivas (seja de mercadoria ou de idéias) no modo capitalista de produção.

Palavras-chave: camponeses, território, ciência, agricultura e classe.

Abstract: This essay shows a reflection theoretical conceptions around little units of production that have that one's disposal of familiar work, when for one side have those that consider the concept of Familiar agriculture and for other hand, have some people that consider the class of peasant. We try to find out, from this reflection of this productive logic and of identity to clarify the conception of this class, while inherent to mode capitalist of production that needs of their existence to guarantee the production of the capital that gives for exploration of rent of land when the capitalist subjugate/ subject the peasant production, monopolizing the territory, and the same time, making possible their recreation and territorialization in the gap of contradiction of own system. We find until to do, a reflection of role of science in special, as agrarian science, to the desmistification of productive relations (by commodity or ideas) on capitalist mode of production.

Key Words: peasants, territory, science, agriculture and class.

¹ Este ensaio é fruto das reflexões propostas pela Prof^a Dr^a Rosemeire Ap. Almeida na disciplina "Camponato e Luta pela Terra no Brasil", do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação em Chapecó - regianesabu@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente ensaio resgata algumas considerações a respeito das discussões teóricas em defesa do campesinato enquanto classe inerente ao modo capitalista de produção. Pretende-se ao longo deste apresentar os conceitos que legitimam a classe camponesa, não apenas na teoria, mas principalmente na prática camponesa, afinal, nada acrescenta à sociedade uma discussão teórica, em que a abstração não permita a compreensão da realidade.

Sendo assim, o desafio será confrontar teoricamente as concepções que discutem a realidade dos agricultores – que dispõem de pequenas unidades de produção e tem como base a mão-de-obra familiar – sabendo que ambas concepções o consideram inerente ao modo capitalista de produção. Entretanto, há aquela que acredita no seu desaparecimento na medida em que o capitalismo avança, e, por outro, aquela que defende a sua recriação enquanto classe camponesa.

Será através do movimento da realidade que tentarei esclarecer que a classe camponesa é inerente ao capitalismo, fruto das contradições do sistema produtivo. E, neste sentido, não se trata de resquício feudal, nem está à margem do sistema, quanto menos necessita de permissão para existir – e não apenas existir, mas também incomodar. Tentarei ainda esclarecer que esta não é apenas uma discussão conceitual, é muito mais, é uma discussão política que na medida em que avança contribui para o fortalecimento e reconhecimento desta classe.

A princípio será colocada a discussão das concepções que consideram o desaparecimento do campesinato frente às que consideram sua recriação, para isso abordaremos a lógica da produção camponesa. Posteriormente, trataremos das

estratégias de recriação camponesa frente às investidas da expansão do capital, neste caso procuraremos esclarecer, em contrapartida, a estratégia do capital para explorar a renda da terra.

Finalmente apontaremos a pertinência deste debate, não apenas na academia, mas principalmente nos meios (instituições, grupos e movimentos) que tenham como projeto a equidade social e a conquista da dignidade humana para o fortalecimento e construção de uma nova sociedade, em que haja respeito à diferença. Uma diferença que não é sinônimo de desigualdade social e de conformismo, mas, sim, uma sociedade onde todos sejam capazes de indignar-se, e não deslumbrar-se, com a concentração da renda e da terra, que faz da sociedade brasileira contemporânea a sociedade da barbárie.

DESAPARECIMENTO DO CAMPESINATO X RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO: A LÓGICA AGRICULTURA CAMPONESA

É necessário esclarecer a princípio que o camponês em questão nada tem a ver com o camponês feudal. O camponês muito se distingue do servo, pois o camponês não pertence a terra, muito pelo contrário, a terra pertence ao camponês e este pode dispor dela sem dar satisfações a qualquer senhor. Além disso, a relação entre os camponeses enquanto classe é explícita no reconhecido avanço dos camponeses em seu poder de mobilização e articulação, superando o isolamento que parece estar implícito ao campo no discurso marxista, talvez por isso a cidade (leia-se o operário) tenha sido o sujeito histórico³. Hoje, porém, fica claro o

³ Ver Levebvre 1999 - *A Cidade do Capital*

quanto o campo (leia-se os camponeses) tem se superado neste sentido e propiciado além de encontros, reflexões e debates que contribuem para a superação da alienação.

A partir desta distinção entre o camponês feudal e o camponês contemporâneo, passaremos a esclarecer o porque de considerarmos que o campesinato é inerente ao capitalismo, procurando evidenciar a lógica do mercado que considera que se o camponês não atuar como um agricultor profissional, estará fora do processo produtivo e, conseqüentemente, na medida em que o capitalismo avançar, o camponês desaparecerá.

Vários autores de influencia marxista deram importante contribuição às reflexões a respeito do camponês, entretanto, consideraram-no como agricultor familiar e nesta perspectiva negligenciaram o caráter de classe que os une. Ao considerarem o desaparecimento do campesinato⁴, não apenas negam o camponês, mas negam também o caráter de classe que é fundamental para que os agricultores se identifiquem uns com os outros e rompam o isolamento e a individualidade tão reforçada na ideologia capitalista justamente para atender os interesses de fragmentação da classe.

A negação à existência do campesinato no Brasil, aponta como perspectiva dois caminhos: o dos Complexos Agroindustriais (CAIs)⁵ e o da agricultura familiar, sendo que esta última concepção nasceu nas entranhas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso⁶.

⁴ Entre os autores que apontam o desaparecimento do campesinato destacam-se Lênin, Kautsky, no Brasil Caio Prado Jr, José Eli da Veiga, entre outros.

⁵ Entre os autores brasileiros que defendem o CAI e o agronegócio, destacam-se Geraldo Muller e José Graziano Neto.

⁶ Dentre os autores que defendem a concepção de agricultura familiar, destacam-se Ricardo Abramovay, Zander Navarro e Hugues Lamarche, entre outros.

Segundo as concepções destacadas, o desaparecimento do campesinato se dará por meio do seguinte processo: de um lado, a ascensão do pequeno e médio produtor à grande produtor (burguês) e, de outro, a sua expropriação que o levará a ser mero vendedor da força de trabalho (proletário).

Se concordarmos com esta lógica esvazia-se o debate da luta pela terra, afinal, mesmo conseguindo adquirir ou manter a posse da terra, mais cedo ou mais tarde o camponês perderá sua condição de dono do meio de produção e da força de trabalho.

Neste sentido é fundamental o debate teórico que, considerando o camponês enquanto classe desmascare sua sujeição ao capital e explicita seu caráter ambíguo de classe *sui generis*, bem como a força e a contradição que os permitem se recriarem, se territorializarem e principalmente se articularem⁷.

Ora, a classe camponesa brasileira nasce nas entranhas da expansão do capitalismo no Brasil, *“é a transformação da terra em mercadoria que permitirá a sua inserção enquanto classe no jogo das representações políticas”* (PAULINO, 2003, 26). Sendo assim, o camponês é fruto deste modelo, não estando à margem, nem dependendo do consentimento do sistema para existir. Enquanto classe é explicitamente fruto da contradição e se recria na contradição, eis aqui a força camponesa, consolidada na fragilidade dada pela contradição do modelo capitalista de produção.

Segundo Martins (1981, 15,16) *“O campesinato é constituído com a expansão capitalista, produto das contradições dessa expansão”* e Paulino (2003, 213) ainda reforça que *“são as contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação da*

⁷ Entre os autores que concebem o campesinato enquanto classe, destacam-se Chayanov, Shanin, no Brasil José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo M. Fernandes, entre outros.

classe camponesa (...) há uma intercomplementariedade contraditória entre camponeses e capitalistas”.

Nesta perspectiva devemos estar atentos à realidade, pois é nela que encontramos a força da resistência camponesa à expansão capitalista, e as estratégias de recriação desta classe alimentada pela luta por autonomia de produção, não apenas da mercadoria, mas principalmente da própria vida.

É a compreensão da lógica camponesa que nos revela o campesinato, que de fato não poderá ser compreendido sob a ótica do capital, pois muito se distingue dela, daí ser impossível a muitos conceberem a classe camponesa, pois o tentam fazer nos moldes do capital, e a lógica camponesa embora inerente ao sistema capitalista, difere fundamentalmente deste por estar fundada na produção e reprodução para a vida e não da produção e reprodução (seja de idéias ou mercadorias) para o lucro. *“O campesinato procura na terra, muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários”* (PAULINO, 2003, 10).

Não estamos dizendo com isso que a lógica camponesa os coloca fora do sistema produtivo capitalista, estamos esclarecendo apenas que as lógicas produtivas se diferem. E neste sentido, Paulino (2003, 105) destaca que *“para diferenciar a agricultura camponesa da capitalista não basta tomar os níveis de articulação com o mercantil ou tecnológico de uma e da outra (...) Vamos sim encontrar a diferença na forma como as relações internas se acham estruturadas”.*

TERRITORIALIZAÇÃO DA CLASSE CAMPONESA E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL: A ESTRATÉGIA DE RECRIAÇÃO CAMPONESA *VERSUS* A ESTRATÉGIA DE SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA.

Ao concebermos o campesinato enquanto classe, poderemos compreender os vínculos que os unem, ao mesmo tempo em que compreendermos sua inserção no sistema capitalista de produção. Neste sentido é necessário considerar as estratégias de recriação camponesa, bem como sua territorialização e, em contrapartida, as estratégias de produção e reprodução do capital, bem como a sujeição da renda da terra camponesa quando este monopoliza o território.

Segundo Oliveira (2001), quando o camponês entrega sua produção a um valor menor do que o equivalente a remuneração do trabalho de sua família e do meio de produção que lhe pertence, não é a sua força de trabalho que está sendo diretamente explorada, pois o agricultor não é um mero empregado da indústria, o que é retirado do agricultor é a renda da terra, pois esta está contida em toda a produção que o camponês entrega a indústria.

A sujeição da renda da terra atualmente é uma das formas de produção de capital. Esta produção de capital difere da acumulação primitiva do período pré-capitalista por ser contemporânea e difere também da reprodução de capital que se dá pela exploração do trabalho assalariado.

Matins (1981) nos esclarece que para que haja a produção de capital é necessário que se possa explorar, não o trabalho assalariado, através de relações de produção tipicamente capitalistas, que poderão gerar a reprodução de capital, mas sim, que se possa explorar a renda da terra através de relações de produção não tipicamente capitalistas. É neste contexto que as relações de produção

camponesas podem ser consideradas não tipicamente capitalistas por disporem do trabalho familiar permitindo a produção de capital através da sujeição da renda da terra camponesa.

Os próprios capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital via trabalho assalariado, e na produção de capital através da sujeição da renda da terra (...) a renda da terra é gerada pelo trabalho camponês e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado (PAULINO, 2003, 109).

Um exemplo esclarecedor da sujeição da renda da terra camponesa e da conseqüente produção de capital pode ser observado através dos sistemas de integração dos camponeses às indústrias (seja do fumo, do leite, das aves, de suínos, do bicho-da-seda, entre outras). O que ocorre através destes contratos é a exploração da renda da terra camponesa pela indústria a qual estão integrados. *“não resta dúvida de que a integração abre caminho para a produção de capital, através da definição dos preços da matéria-prima”* (PAULINO, 2003, 113).

A compreensão do processo de sujeição da renda da terra ao capital nos permite concluir que a integração, dos camponeses às indústrias, insere-se no contexto das estratégias capitalistas para garantirem a produção e, posterior, reprodução do capital. Por outro lado, se através da integração o capital estrategicamente monopoliza o território, também por meio dela o camponês garante sua recriação enquanto classe, mantendo a territorialidade camponesa. Neste sentido, a integração deve ser pensada em sua ambígua funcionalidade, pois de uma forma favorece a monopolização do território pelo capital, de outra impede a territorialização do capital, visto que está condicionada a territorialidade camponesa. Esta situação deixa explícita a contradição do modelo de produção capitalista e a

brecha de recriação encontrada pela classe camponesa. Contudo, não se deve esquecer que este é um tênue elo e que se o camponês não estiver devidamente articulado poderá, em momentos de crise, ser o principal prejudicado. Daí a necessidade de não se conceber a integração como única estratégia de recriação camponesa e, sim, como uma delas, onde a principal se consolida pela diversidade produtiva e pela produção de subsistência principalmente, pois assim não necessitará dispor de recursos para garantir suas necessidades básicas e em períodos de crise garantir sua permanência na terra.

Esse processo contraditório “(...) coloca o camponês diante da necessidade histórica da sua própria transformação como produtor individual. Revela-lhe, portanto, a necessidade histórica da incorporação da cooperação no processo produtivo, e conseqüentemente da sua transformação de trabalhador individual (familiar) em trabalhador coletivo”. (OLIVEIRA,1990, 83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PERTINÊNCIA DESTE DEBATE NA CIÊNCIA E NA SOCIEDADE

Para finalizar pretendemos destacar a pertinência deste debate, não apenas na academia, mas principalmente entre aqueles que compartilham do desejo de construir uma sociedade onde o principal valor não seja o lucro e sim a vida, e, por isso, conservam a capacidade de indignar-se com a concentração da renda e da terra, que faz da sociedade brasileira contemporânea a sociedade da barbárie.

Neste sentido, é por meio do desmonte do papel ideológico da ciência que, muitas vezes, tem seu conteúdo apropriado para legitimar o discurso do Estado e da

própria elite dominante, que se deve desmistificar a interpretação da realidade camponesa.

A questão a ser respondida é: como na sociedade dita moderna – em um período que alguns chegam a classificar de pós-moderno – em que a pesquisa foi capaz de promover os mais notáveis avanços e tudo parece estar compreendido e naturalizado pela ciência, milhares de pessoas ainda vivem em condições sub-humanas, e que o acesso aos bens socialmente produzidos seja restrito apenas àqueles que possam pagar, e a miséria seja encarada com lamentável naturalidade? Ou pior, como explicar as cercas que protegem a terra improdutiva daqueles que querem produzir, onde milhares de pessoas perdem a própria vida por serem impedidos de produzir sua própria existência sendo impelidos a espaços cada vez mais restritos e exclusivos?

Como entender a justiça que condena quem quer produzir na terra e absorve e até indeniza os que grilam, roubam e, muitas vezes, matam para legitimar a posse da terra improdutiva?

Será esta sociedade a da pós-modernidade ou a da barbárie?

As elites (...) vêm na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio, expressa na propriedade privada capitalista da terra (...) o direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só (...) neste momento o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam e mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante, estão sendo condenados. (OLIVEIRA, 2003,115).

Diante deste quadro que opção a ciência, em particular a geografia agrária, poderá fazer: realizar levantamentos de dados de produtividade do solo, do uso de tecnologia e qualidade sanitária das propriedades. Ou ir além, procurando desmascarar as relações sociais e os conflitos inerentes ao campo em favor do

efetivo desenvolvimento, não contabilizado em cifras, mas na produtividade da vida que se faz autônoma na classe camponesa.

É com esta dúvida que o pesquisador deve refletir acerca de sua pesquisa e sobre a sociedade, tendo claro o papel que desempenha e as conseqüências do seu trabalho, compreendendo que a racionalidade muitas vezes legitima o irracional, por isso o caráter dúbio da ciência. Por isso a extrema necessidade de assumirmos, atentos à sedução das concepções ideológicas, a responsabilidade social quando desenvolvemos uma pesquisa e do longo caminho a percorrer na interpretação do movimento da realidade camponesa.

É neste sentido que devemos ser fiéis a esse movimento para que os estudos propostos não contribuam para mascarar o que está posto, mas, ao contrário, desmascare o discurso ideológico e coloque em pauta o campesinato, porque a ciência não pode se negar ao fato humano real, não pode fixar-se apenas nas abstrações. E finalmente, não pode negar-se a ser ciência que contribua para avanços sociais e não os avanços utilitaristas do discurso desenvolvimentista que mais se assemelha à barbárie do que ao moderno.

Dito de outra forma, que a ciência/intelectual não se esconda com a máscara da neutralidade e do tecnicismo e assuma o compromisso de estudar o movimento da realidade na construção/conquista da razão efetiva de viver em sociedade. Ou seja, a garantia da vida autônoma, onde o campo aflora como possibilidade de resgate da dignidade do indivíduo ao dar-lhe a possibilidade de produzir sua própria existência e não depender do assistencialismo.

Acreditamos que assim podemos construir um conhecimento científico que contribua com a sociedade em suas diferentes representatividades (associações, sindicatos, instituições públicas, ONGs, movimentos sociais, cooperativas, etc) na

busca da ruptura da alienação a que todos estamos sujeitos, seja pela influência da mídia, de oportunismos “religiosos” e, principalmente, do consumismo exaltado pela economia de mercado.

ORDEM E PROGRESSO

Autor: ZÉ PINTO

Este é o nosso país
Está é a nossa bandeira
É por amor a esta Pátria-Brasil
Que a gente segue em fileira.

Queremos mais felicidade
No céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu.
Amarelo são os campos floridos
as faces agora rosadas
Se o branco da paz irradia
Vitória das mãos calejadas.

Queremos que abrace essa terra
Por ela quem sente paixão
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a Nação
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Barbárie e Modernidade: as Transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**. Ano 19, v.2, n.21, p. 113-156, jul/dez. 2003. São Paulo.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. Tese [Doutorado] – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**, contra o desperdício da experiência. São Paulo; Cortez, 2001.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.